

## **Apoios financeiros**

### **12. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) Junta de Freguesia de Figueiredo**, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Substituição de abrigo de passageiros na Rua do Pinheiro do Bicho”
- b) Junta de Freguesia de Tebosa**, no valor de 135 874,66€, para apoiar a “Construção de ossários e obras de beneficiação no Cemitério Paroquial e na Capela Mortuária”;
- c) Fornecimento de hipoclorito para as Piscinas** das seguintes Juntas de Freguesia: União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, Junta de Freguesia de Lamas, União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União de Freguesias de Arentim e Cunha, União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, Junta de Freguesia de Padim da Graça, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, Junta de Freguesia de Sobreposta e União de Freguesias de Nogueira, no valor de 1.500,00€.

Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** SUBSTITUIÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA DO PINHEIRO DO BICHO - FIGUEIREDO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **FIGUEIREDO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Substituição de abrigo de passageiros na Rua do Pinheiro do Bicho** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de FIGUEIREDO no valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

**a) Em 2024, um valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **FIGUEIREDO**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **FIGUEIREDO**.

Braga, 28 de maio de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS E OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NO CEMITÉRIO PAROQUIAL E NA CAPELA MORTUÁRIA DE TEBOSA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **TEBOSA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Construção de ossários e obras de beneficiação no Cemitério Paroquial e na Capela Mortuária** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **135 874,66€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de TEBOSA no valor de 135 874,66€ (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 50 000,00€ (cinquenta mil euros);**
- b) Em 2025, um valor de 85 874,66€ (oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **TEBOSA**.

Braga, 03 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

**Assunto: Proposta de Apoio Financeiro - Aquisição de Hipoclorito | Reunião de Executivo de 11 de junho de 2024**

**PROPOSTA:**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o art.º 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o art.º 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o art.º 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Assim, propõe-se em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no art.º 3º do Código do Procedimento Administrativo que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de um Apoio Financeiro, com o objeto de apoiar o **fornecimento de hipoclorito** para as Piscinas das seguintes Juntas de Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM S. PEDRO E FROSSOS, JUNTA DE FREGUESIA DE LAMAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS S. JULIÃO, JUNTA DE FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JUNTA DE FREGUESIA DE SOBREPOSTA e UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA, no valor de **1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.

De salientar, que na eventualidade de alguma das Piscinas das Juntas de Freguesia supracitadas não abrir na época balnear de 2024, esta perderá o direito ao respetivo apoio financeiro.

**A Técnica**